

[View this email in your browser](#)

INFORMATIVO



FIAN
BRASIL

Dezembro-fevereiro e balanço 2021

Projeto Crescer e Aprender com Comida de Verdade conclui atividades e ganha coleção



A FIAN Brasil concluiu em dezembro o projeto Crescer e Aprender com Comida de Verdade – pelo Direito à Alimentação e à Nutrição Adequadas na Escola.

A iniciativa teve como objetivo contribuir para a promoção desse direito humano, conhecido pela sigla Dhana, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Compilamos as atividades realizadas e os materiais produzidos num [livro](#), que compõe uma [coleção de publicações](#) com dois livretos e duas cartilhas. Alguns conteúdos estão sendo publicados neste começo de ano.

O Crescer e Aprender, desenvolvido ao longo de 2021 com apoio da Global Health Advocacy Incubator (GHA), buscou a restrição aos produtos alimentícios ultraprocessados e o incentivo a uma maior participação da agricultura familiar no fornecimento de alimentos para as escolas públicas. Foram ações de produção de conhecimento, formação, articulação, sensibilização e incidência, num contexto fortemente impactado pela pandemia de Covid-19 e pelo desmonte das políticas sociais, marcado ainda por tentativas de captura do cardápio escolar.

O livro também destaca a linha do tempo dessa política pública e duas reportagens produzidas pelo portal *O Joio e o Trigo* no especial jornalístico *Merenda não é lucro*. Apresenta, ainda, cinco entrevistas inéditas sobre alimentação escolar e sobre como a soberania e segurança alimentar e

nutricional atravessa os desafios do Brasil e do mundo. As entrevistadas e o entrevistado são Deborah Duprat, José Graziano, Maria Emília Pacheco, Sofia Monsalve e Tereza Campello.

Parcerias

Coordenadas pela assessora Vanessa Manfre, as atividades envolveram estreita colaboração com a ACT Promoção da Saúde, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens) da Universidade de São Paulo (USP), além do Joio, na produção de conteúdo. Um novo parceiro foi o Instituto Desiderata, que no período desenvolveu projeto focado na saúde de crianças e adolescentes, em âmbito municipal, no Rio de Janeiro.

Na iniciativa, a FIAN Brasil também contou com a parceria da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), do Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ) e do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (Opsan) da Universidade de Brasília (UnB), entre outras organizações. As conversas com a FIAN Colômbia trouxeram conceitos e uma forma de olhar para programas de alimentação escolar alinhada ao Dhana e à soberania alimentar.

Importância reafirmada

Presente em todas as escolas da rede pública do país, o Pnae atende 40 milhões de estudantes e tem quase 70 anos de história.

Todas as escutas, diagnósticos e interações reafirmaram a importância de defender essa que é uma das maiores políticas de alimentação escolar do mundo, que faz bem para a cidade e o campo e que foi a base para programas de vários países.

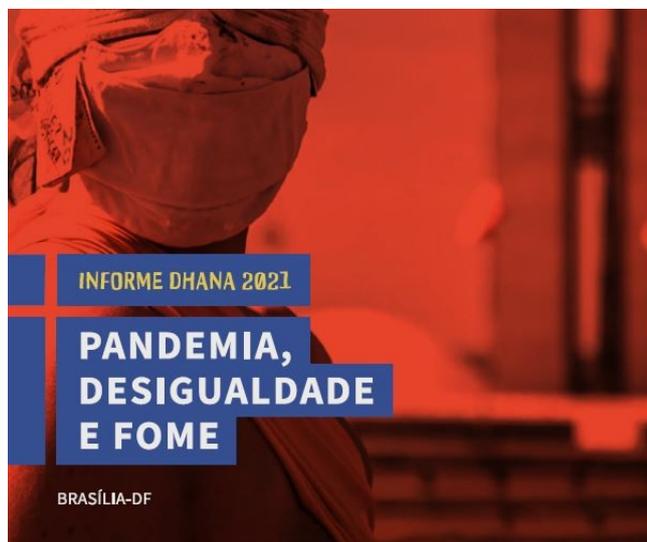
As atividades também trouxeram novos elementos para nossa atuação em 2022 e 2023, num projeto que buscará contribuir para o enfrentamento das desigualdades no Brasil a partir dos sistemas alimentares (leia mais abaixo).

Terceiro Informe Dhana mostra como desmonte promovido por Bolsonaro agravou fome



Em parceria com o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), a FIAN Brasil lançou o *Informe Dhana 2021 – pandemia, desigualdade e fome.*

A publicação, de periodicidade bienal, aborda a situação do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no país. Esta edição – que



compreende dois anos do governo Bolsonaro – analisa os impactos da Covid-19 e das ações e omissões do poder público diante da crise sanitária, econômica e social.

“Em 2017 elaboramos a primeira edição porque, ante o contexto de acelerado desmonte de direitos e de crise democrática, achamos fundamental registrar os avanços, as lacunas e os retrocessos que impactavam o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas”, explica a secretária-geral da FIAN Brasil, Valéria Burity. “A segunda foi elaborada em 2019, destacando

como neoliberalismo e autoritarismos estavam contribuindo para violações de direitos no Brasil. Em 2021, apontamos como a chegada da Covid-19 tornou ainda mais dramática uma situação geral de ataque à vida e à dignidade humana.”

Ela avalia que o cenário tende a se agravar com medidas como a extinção do Programa Bolsa Família para dar lugar a um programa (o Auxílio Brasil) ainda cheio de incertezas e sem garantia de orçamento. “Hoje, mais da metade da população sofre algum nível de insegurança alimentar e nutricional e tudo de que precisamos para a construção de sistemas alimentares soberanos e regenerativos – terra, água, proteção ambiental, política de estoques e preços, apoio à agricultura familiar – está sendo negado.”

“O mesmo presidente que em 2019 negou a fome no Brasil foi o que tratou a maior pandemia do século como uma gripezinha, e mais uma vez se esquivou de suas obrigações enquanto representante do Estado”, observa a assessora de Direitos Humanos da FIAN Nayara Côrtes. “O mesmo governo que desmontou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em seus primeiros dias no poder criou um falso dilema entre a fome e a Covid-19 e se recusou a tomar providências para tentar conter o previsível avanço dessa situação desumana que é não ter acesso a comida suficiente.”

Debate e prévia

O pré-lançamento do material reuniu coautores/as da publicação: o assessor de Políticas da ActionAid e integrante do FBSSAN Francisco Menezes; a secretária-geral da FIAN Internacional, Soffia Monsalve; a doutoranda da Unicamp Grazielle David, que apresentadora o *podcast É da Sua Conta*; a doutora pela USP Mariana Levy. Também participaram Sandra Marli, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e Edgar Aparecido Moura, dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs).

Um recorte mais imediato desse cenário foi apresentado no informe *O Dhana e a Covid-19 – o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no contexto da pandemia*, que já registrava a calamidade e as consequências das ações e omissões.

Projeto novo enfoca relação entre sistemas alimentares e desigualdades

Neste ano e no primeiro semestre de 2023, a FIAN Brasil desenvolverá um projeto voltado a contribuir para o entendimento dos impactos dos sistemas alimentares (e vice-versa) no Brasil, bem como para seu enfrentamento.

A ideia é que o conhecimento produzido embase estratégias para incidir nas compras públicas (de instituições do Estado). O chamado mercado institucional movimenta um orçamento bilionário e pode dar lastro a uma série de políticas – por exemplo, adquirindo a produção agrícola de segmentos sociais mais vulnerabilizados, como indígenas, quilombolas e assentados/as.

A atuação se dará em conjunto com um grupo de entidades – ACT Promoção da Saúde, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Instituto Desiderata e Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens/USP) – com apoio da Global Health Advocacy Incubator (GHA). Outras parcerias serão estabelecidas ao longo do processo.

O projeto começará por um mapeamento das iniquidades nos sistemas alimentares, com um olhar específico para as dimensões de raça, gênero e classe social. Dois estudos de caso aprofundarão a compreensão dos dilemas, soluções e barreiras enfrentadas pelas comunidades. Uma carta-compromisso voltada ao contexto eleitoral buscará a adesão de candidatos e candidatas à plataforma da comida de verdade, baseada na agricultura familiar, na agroecologia, no comércio justo e nos alimentos frescos. Também serão produzidos variados conteúdos de comunicação.

Continuaremos a dedicar atenção especial ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, que em 2021 foi o foco do projeto Crescer e Aprender com Comida de Verdade (leia mais abaixo). “Poder realizar ações de exigibilidade para fortalecimento do Pnae, especialmente das compras públicas da agricultura familiar no ambiente escolar, em um contexto de retrocesso e aumento da fome, parece-nos fundamental e urgente”, comenta a secretária-geral da FIAN Brasil, Valéria Burity.

“A intenção é aprofundar as análises relacionadas à alimentação escolar, sobretudo à alimentação escolar indígena, considerando que essa segue como uma política central na garantia do Dhana”, diz a coordenadora do projeto, Gabriele Carvalho. “Pretendemos ajudar a construir caminhos para que essa população possa, de fato, não só comercializar o que é produzido localmente, mas inserir esses alimentos no cardápio escolar. A soberania e segurança alimentar e nutricional passa necessariamente pelo respeito à cultura e aos hábitos alimentares locais.”

Livro e podcast abordam direito à alimentação com base jurídica e formato lúdico

Na perspectiva de democratizar o acesso à justiça, a FIAN Brasil e O Direito Achado na Rua lançaram *O Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas: enunciados jurídicos*, livro depois desdobrado em *podcast* que começou em 2021 e seguiu neste começo de ano.

O conteúdo aborda questões como: o que o direito a se alimentar e se nutrir adequadamente tem a ver com as retomadas indígenas, a educação quilombola, a agroecologia e a luta sem-terra; como é tratado na nossa Constituição e nos pactos internacionais dos quais o Brasil faz parte; e como tem sido aplicado na prática.

Resultado de intensa agenda de discussão, o livro de 196 páginas é uma obra coletiva voltada para a proteção e efetivação desse direito individual e social, conhecido pela sigla Dhana, indispensável à dignidade humana e à própria vida. Foi organizado por Valéria Burity, Antonio Escrivão Filho, Roberta Amanajás e José Geraldo Sousa Junior, com prefácio de Carlos Marés e contextualização de Boaventura de Sousa Santos.

Por sua vez, o podcast destrincha, em dez episódios, os enunciados.

Curso sobre o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas busca fortalecer lutas



Oferecer mais uma ferramenta para as lutas sociais por soberania alimentar foi o ponto de partida do *Curso Básico de Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (Dhana)*, online e gratuito.

Os quatro módulos dessa coleção da FIAN Brasil foram pensados de forma a contribuir para uma compreensão política de temas como alimentação e nutrição, para a criação de uma cultura de direitos e para o fortalecimento dos seus sujeitos.

Seguem os recortes e as autoras e autores:

- 1 – Histórico e conceito – Nayara Côrtes Rocha
- 2 – Exigibilidade – Flavio Luiz Schieck Valente
- 3 – Abastecimento – Julian Perez-Cassarino e Priscila Diniz
- 4 – Economia – Grazielle Custódio David

Para cada módulo, realizamos uma *live* como “aula-entrada” com quem escreveu o conteúdo.

[Assista aqui.](#)

Contribuição contra agrotóxicos inclui STF e relatório latino-americano

Ao lado de entidades parceiras, a FIAN Brasil passou a ser ouvida na Arguição de Descumprimento de Preceito Constitucional (ADPF) 667, que trata da pulverização aérea de agrotóxicos. O Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou o ingresso do grupo como *amicus curiae* (amigo da corte) no caso. Também temos participado da mobilização contra o “Pacote do Veneno” (conjunto de propostas permissivas no Congresso Nacional) e, em 2021, lançamos um levantamento sobre o problema na região latino-americana.

A articulação judicial da qual a FIAN faz parte em torno da ADPF 667 endossa o direito dos municípios a proibir a prática em questão. O pedido para participar da ação com informações e argumentos foi feito ao lado da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida; da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável; da Terra de Direitos; e da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase).

Na petição aceita pelo ministro Gilmar Mendes, relator do processo, as organizações listam uma série de dispositivos jurídicos e decisões no sentido de que a dispersão de substâncias tóxicas a partir de aviões vai contra tratados internacionais, preceitos constitucionais, leis e políticas públicas em vigor, representando riscos à saúde humana e ao meio ambiente e mesmo à propriedade.

De acordo com o documento, a modalidade viola o direito humano à alimentação adequada. Entenda o caso.

Esse também é o fundamento da participação da FIAN como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.553, que questiona a isenção fiscal dos agrotóxicos.

Denúncia à ONU e documento regional

A FIAN Brasil contribuiu para a decisão do relator especial das Nações Unidas para substâncias tóxicas e direitos humanos, Marcos Orellana, de acompanhar e investigar a denúncia brasileira de uso de pulverização aérea como arma contra comunidades camponesas da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Em audiência virtual mediada pela entidade em agosto, Orellana recebeu representantes de comunidades camponesas vítimas de conflitos agrários. Ele também participou do lançamento do nosso informe *Agrotóxicos na América Latina: violações contra o direito à alimentação e à nutrição adequadas*, com contribuição das seções da FIAN em mais oito países.

Atuação com comunidades geraizeiras visa reconhecimento territorial e resistência a pressões

A atuação com os geraizeiros e geraizeiras do Vale das Cancelas prioriza dar suporte à luta dessas comunidades pelo reconhecimento de seu território tradicional, autodemarcado, e a resistência a ameaças ligadas à monocultura de eucalipto e à mineração.

Em parceria com as comunidades e movimentos locais, a FIAN Brasil lançou em maio a publicação *O modo de vida geraizeiro* e o documentário *Nossa vida é nos Gerais*. O evento virtual foi realizado como um momento de incidência em que as lideranças geraizeiras puderam relatar o que tem ocorrido no território e apresentar demandas ao poder público. Cinco vídeos curtos completam a playlist sobre a luta pela vida digna na região.

No ano passado, as comunidades conseguiram a abertura de ação civil pública (ACP) contra a Mineradora SAM, o Ibama e órgãos ambientais estaduais, exigindo a regularização fundiária do território e a realização da devida consulta livre prévia e informada para o licenciamento do Projeto 8, megaempreendimento minerário. A FIAN Brasil protocolou pedido para atuar como *amicus curiae* no julgamento.

Em 2021 e neste começo de 2022, apoiamos as lideranças geraizeiras em ações de incidência no Legislativo e no Judiciário. Estivemos presentes em reuniões, eventos e audiências públicas com atores como Ministério Público Federal (MPF) e de Minas Gerais (MPMG), Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Defensoria Pública da União (DPU) e do Estado de Minas Gerais (DPEMG), bancadas parlamentares e Mesa de Diálogos de Minas Gerais. Foram momentos de denúncia de violações e exigibilidade dos direitos.

Este ano se iniciou com empresas de monocultura desmatando áreas do Cerrado em recuperação. Contra esse quadro, apoiamos a realização de denúncias e pedidos de encaminhamentos aos órgãos responsáveis, exigindo o respeito ao direito ao território, que está intimamente ligado ao Dhana.

Apoio aos Guarani e Kaiowá inclui levantamento sobre segurança alimentar

A FIAN seguiu acompanhando a situação dos povos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul (MS) e apoiando suas lutas. Esse trabalho envolveu, no período recente, produção de conhecimento, articulação e incidência no poder público.

Encomendamos a pesquisadores um breve diagnóstico sobre os programas de assistência emergencial à alimentação em 12 aldeias. O levantamento alerta para o agravamento da vulnerabilidade social com a pandemia e para a urgência de medidas. Nota técnica nesse sentido foi encaminhada ao Ministério Público Federal, à Justiça Federal no estado, à Fundação Nacional do Índio (Funai), ao governador e à Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho do MS.

Apesar da luta pela recuperação de seus territórios nos últimos 40 anos, esses povos indígenas enfrentam a paralisação dos processos de regularização fundiária, aponta o documento, elaborado pelo antropólogo Spensy K. Pimentel, pelo cientista social Gustavo Aires Thiago e pela economista Gabriela Thomazinho.

“Como a situação de confinamento persiste para grande parte das famílias, os Kaiowá e Guarani dependem fortemente dos programas de assistência social para sobreviver”, pontuam os autores e a autora.

A nota identifica entraves relacionados a programas de transferência de renda que impactam diretamente a segurança alimentar nas aldeias, como a crônica falta de documentação civil, a fiscalização insuficiente do pagamento dos benefícios, sombreamentos nas responsabilidades e a barreira do racismo institucional. Também ressoa a falta de assistência à agricultura familiar, em especial nas áreas consideradas em litígio, com o favorecimento às “parcerias” (arrendamentos) para a soja, que potencialmente compete com a produção de alimentos e expõe os moradores/as a agrotóxicos.

Alimentação escolar, mobilização das mulheres e denúncia na Saúde

Em setembro, integrantes da nossa equipe reuniram-se com professores/as pertencentes aos povos Guarani e Kaiowá para tratar de segurança alimentar e nutricional no ambiente escolar.

Constatou-se, de modo geral, que o cardápio escolar nos municípios não respeita a cultura e as tradições desses grupos, e que a entrega de kits de alimentos durante a suspensão das aulas na pandemia vinha sendo intermitente e insuficiente, com relato de alunos/as chegando com muita fome à aula.

A FIAN Brasil levou as demandas à Secretaria de Educação do estado e enviou materiais de apoio.

Também acompanhamos a participação das mulheres guarani e kaiowá em diferentes mobilizações, como os acampamentos Terra Livre e Luta pela Vida e a Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, além da 9ª Assembleia Kuñangue Aty Guasu.

Estamos aprofundando a interlocução com a Retomada Aty Jovem (RAJ), que em reunião em janeiro expressou preocupação com a situação vivenciada pela juventude nas aldeias, especialmente violências em consequência do Ofício Circular 18/2021 da Funai – depois suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF) – e da falta de água e demais condições básicas de sobrevivência e uso de agrotóxicos, cenário marcado por alto índice de suicídios. Os/as representantes pediram apoio para formação em direitos humanos e para acionamento dos órgãos públicos em Brasília.

Atuamos, ainda, para que os órgãos responsáveis apurassem e punissem violações de direitos dos trabalhadores/as indígenas da Saúde e da população beneficiária desse subsistema.

Contra o marco temporal

A FIAN atua como *amicus curiae* no processo referente ao julgamento sobre a utilização do marco temporal na demarcação de terras indígenas. A entidade defende que o Dhana foi incorporado ao artigo 6º da Constituição Federal como direito fundamental social, e o Estado brasileiro rompeu com o paradigma assistencialista destinado à alimentação, assumindo responsabilidades em adotar estratégias para efetivar a segurança alimentar e nutricional (SAN).

Tal direito, no nosso entendimento, ainda precisa ser lido em consonância com o multiculturalismo, o qual se expressa pelo dever estatal em proteger o patrimônio histórico e cultural dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

No semestre passado, a FIAN elaborou documentos para atualizar os relatórios da ONU para o direito à alimentação e para a extrema pobreza sobre a violação de direitos dessas populações.

FIAN BRASIL ENTREVISTA

O Pnae, o Brasil e o mundo



Acesse:
fianbrasil.org.br/entrevistas-pnae

Combate à fome é principal foco da presença em articulações

O combate à fome tem sido o principal foco da participação da FIAN Brasil em articulações coletivas.

Em fevereiro, a entidade esteve no ato em que organizações que integram a Conferência Popular por Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional entregaram no Supremo Tribunal Federal (STF) a sentença proferida pelo Tribunal Popular da Fome que culpabiliza o governo brasileiro quanto ao aumento da fome no país e determina que indenize coletivamente o povo pelo dano moral produzido.

Foram protocoladas petições para a ministra Rosa Weber e o ministro Dias Toffoli para que a sentença seja anexada aos processos das arguições de descumprimento de preceito fundamental

(ADPFs) 831 e 885, que exigem medidas de enfrentamento do quadro com urgência.

A FIAN pediu ao STF o reconhecimento como *amicus curiae* (“amigo da corte” ou “amigo do tribunal”, em latim) nas ações em torno do tema.

Políticas públicas para enfrentar crise

Outro espaço de soma de forças foi a Coalizão Direitos Valem Mais, que tem tido como prioridade a disputa do Orçamento e a reafirmação das políticas públicas para o enfrentamento da crise econômica e social, com destaque para o auxílio emergencial.

A coalizão articulou mobilizações buscando que os recursos federais disponíveis no ano fossem suficientes para vacinar toda a população; ampliar o Bolsa Família incorporando beneficiados pelo auxílio emergencial; enfrentar a fome fortalecendo os programas de segurança alimentar; e assegurar a volta às aulas sem risco à saúde de estudantes, profissionais e familiares.

As ações de sensibilização da sociedade e a incidência no Congresso Nacional durante a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição 186 (PEC Emergencial) contribuíram para evitar as desvinculações de direitos sociais pretendidas pelo governo e por parte de sua base no Legislativo. Por poucos votos o texto não foi aprovado com o cancelamento dos percentuais mínimos para Educação e Saúde nos gastos governamentais.

A Coalizão Direitos Valem Mais também construiu proposta para priorizar saúde, educação, segurança alimentar e assistência social no Orçamento 2022. A articulação, que reúne mais de 200 entidades e redes, apresentou a parlamentares uma nota técnica defendendo o estabelecimento de um piso mínimo emergencial para aquelas áreas.

Além disso, as entidades propuseram controle e transparência no uso de emendas de relator, para barrar a compra de apoio político; veto às “emendas pix” para bancadas, que autorizam transferências de dinheiro público sem controle social e sem transparência; e retomada do investimento público em áreas sociais, com o fim do Teto de Gastos e a adoção de uma reforma tributária progressiva.

Por transparência fiscal

Participamos, também, da campanha Só Acredito Vendo, de defesa da transparência dos incentivos fiscais concedidos pelo governo federal. Dezenas de organizações envolveram-se em apoio à aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 162/2019 no Congresso Nacional.

A iniciativa chamou a atenção para os R\$ 300 bilhões que o Brasil deixa de arrecadar em impostos todos os anos de empresas e pessoas, supostamente em troca de incentivar a economia e trazer melhorias para a sociedade.

O manifesto ressalta a impossibilidade de saber quais as empresas beneficiadas e o real impacto

dessa política. É alerta que se sabe que grande parte dos incentivos fiscais fazem mal à saúde e ao ambiente, financiando a compra de agrotóxicos, bebidas industrializadas que adoecem 70% da população e produção de energia poluente.

Identidade visual e encontros virtuais marcaram 20º aniversário



De 26 de agosto de 2020 a 25 de agosto de 2021 a FIAN Brasil celebrou suas duas décadas de atuação. As realizações e desafios foram tema de evento virtual e de entrevistas e artigos.

Durante esses 12 meses, adotamos uma identidade visual comemorativa, com maior variedade de cores e elementos gráficos. A organização foi representada por um selo que

evocava os 20 anos de existência, ilustrado com sementes crioulas e acompanhado pela frase-síntese “Exigir direitos, alimentar a vida”.

Ao fim do período, retomamos a logomarca permanente, caracterizada pelo desenho estilizado num círculo verde, alinhada à FIAN Internacional e às outras seções nacionais.

Em maio de 2021, a entidade realizou sua 10ª Assembleia Ordinária, que definiu a nova composição do Conselho Diretor e aprovou as linhas gerais de atuação até 2024. Saiba mais sobre essa história e sobre a logo dos 20 anos, e relembre as homenagens e reflexões [aqui](#).

Especialistas defendem retomada do PAA em vez de troca pelo Alimenta Brasil

O Dhana e o Programa Alimenta Brasil: riscos e retrocessos nas compras públicas de alimentos da agricultura familiar é o título de nota técnica (NT) publicada pela FIAN Brasil em fevereiro. A análise foi elaborada, a pedido da entidade, pelos professores Sílvio Isoppo Porto e Julian Perez-Cassarino e pela engenheira de alimentos Priscila Diniz.

Para os autores e a autora, retomar e fortalecer o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) seria mais efetivo que implementar o programa que o substituiu, do ponto de vista do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana).

Proposto na Medida Provisória (MP) 1.061/2021, o Programa Alimenta Brasil foi instituído pela Lei

14.284/2021, com a aprovação pelo Congresso Nacional e a sanção pelo presidente da República, Jair Bolsonaro. A lei cria também, no lugar do Programa Bolsa Família, o Programa Auxílio Brasil.

A nota técnica retoma o histórico das políticas de segurança alimentar e nutricional (SAN) no país, destacando aquelas que abriram o mercado institucional para as aquisições da agricultura familiar. São lembradas medidas como a dispensa de licitação dentro de determinados limites de aquisição por família, e a articulação com o fornecimento a instituições de assistência social, “criando um círculo virtuoso econômico, social e ambiental nos âmbitos local e regional”.

Saiba mais e acesse a NT 1/2022.

Ciclo internacional debateu o Dhana sob oito subtemas

O Ciclo Internacional de Debates "O Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas – Dhana" abordou, de julho a outubro, esse direito fundamental sob oito recortes temáticos. Realizados de forma virtual e transmitidos ao vivo, os encontros podem ser assistidos [neste link](#).

As convidadas e convidados falaram de alimentação adequada como direito humano e combate à fome; atuação das empresas transnacionais agroalimentares; agrotóxicos, transgênicos, desmatamento e alterações climáticas; alimentos ultraprocessados, obesidade e doenças crônicas; agroecologia e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); participação popular e diversidade; alimentação no ambiente escolar; e segurança alimentar na pandemia e no pós-pandemia.

Os debates foram uma realização do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (Portugal), em parceria com a Aliança Pela Alimentação Adequada e Saudável, a FIAN Internacional, a FIAN Brasil e o European Research Institute (Euriconv). Tiveram como idealizadora e organizadora nossa diretora de Articulação, Míriam Balestro, pesquisadora pós-doutoranda da instituição portuguesa.

Materiais traduzidos apoiam luta das mulheres e denunciam gula por mercados e terras

Um passo a passo para a mobilização das mulheres, uma denúncia desenhadinha da lógica de operação das grandes empresas e o exame da digitalização de terras aqui e em outras regiões do mundo. Essas são as abordagens do trio de publicações que a FIAN traduziu em 2021 para que possam ser mais lidas no Brasil.

Cozinhando agendas políticas – guia feminista sobre o direito à alimentação e à nutrição das mulheres rurais oferece orientações práticas para a construção coletiva de estratégias e ações

transformadoras com base nas recentes normas internacionais de direitos humanos.

Ao tomar a experiência de vida e os conhecimentos das participantes (denominadas “cozinheiras”) como ponto de partida, as atividades permitem a adaptação por diferentes grupos para tratar de suas necessidades e prioridades em resposta a sua própria realidade.

É a versão em português de uma publicação coordenada pela FIAN Internacional que resultou do trabalho coletivo de organizações de diversos países latino-americanos.

Parceria entre a FIAN Internacional e os irmãos artistas Zago Brothers, *A captura corporativa de sistemas alimentares* mostra, em quadrinhos, o controle das grandes empresas sobre o nosso alimento, das sementes ao prato.

O material detalha como as grandes empresas do agronegócio, de finanças, de tecnologia e de alimentos usam seus recursos para ditar a lógica de produção e oferta de comida e produtos alimentícios. Também ilustra, de forma artística e intuitiva, os impactos negativos na saúde das pessoas e do planeta. A edição em português resulta de iniciativa da FIAN Brasil e do Idec.

Já *'Disrupção' ou déjà vu? Digitalização, terra e direitos humanos* reúne estudos de caso de Brasil, Indonésia, Geórgia, Índia e Ruanda.

A digitalização de terras é um processo que está ocorrendo cada vez mais no Brasil e no mundo e vem sendo apresentada como a solução para a desburocratização dos processos de regularização fundiária e para agilizar processos de titulação de terras. Mas será que essa é uma solução? E como ela impacta os direitos humanos dos pequenos agricultores/as, comunidades indígenas e comunidades tradicionais, frequentemente aliadas dos poderes econômico, técnico e político que definem o destino das inovações?

É isso que a publicação investiga, buscando responder se se trata de uma inovação transformadora ou uma história que se repete.

Na mídia | Artigos e entrevistas

Buscando contribuir para a informação e a sensibilização da sociedade aos temas em que atuamos, integrantes da nossa equipe expressaram seu ponto de vista em artigos de opinião e entrevistas a veículos de mídia.

Uma linha do tempo elaborada por Nayara Côrtes e Valéria Burity mostra a evolução do debate sobre o tema no Brasil e no mundo. Na cronologia *“O direito humano à alimentação no mundo e no Brasil”*, publicada no Nexa Políticas Públicas, estão fatos e momentos-chave do início do século 20 até hoje. O conteúdo foi produzido no âmbito da Cátedra Josué de Castro, espaço interdisciplinar de reflexão e produção de conhecimento sobre sistemas alimentares.

A história do Pnae e sua centralidade no combate à fome crescente no nosso país foram contadas em artigo em *Le Monde Diplomatique Brasil* pelas duas com Vanessa Manfre.

Burity participou de episódio do *podcast Entre Vozes*, da CNN Brasil, sobre a escalada da insegurança alimentar na pandemia e o percurso desse problema na história do Brasil. Gravou, ainda, para o *podcast É da Sua Conta*, conteúdo da Tax Justice Network apresentado pela economista Grazielle David. O programa ouviu diversas convidadas e convidados sobre os caminhos para combater a insegurança alimentar e nutricional que se alastra pelo Brasil e pelo mundo.

Ao *Agora São Paulo*, a secretária-geral comentou sobre a luta das famílias contra a fome em mais de um ano de pandemia.

Nayara Côrtes respondeu, na *Rede Brasil Atual*, por que milhões de brasileiros passam fome se o país colhe safras recordes.

A assessora também falou sobre o aumento dos preços dos alimentos, seus impactos sociais e os desafios do país para evitar o aumento da fome em episódio do *podcast E Tem Mais*, da CNN.

Já Vanessa Manfre foi entrevistada em matérias sobre o Pnae. Uma delas, em abril, registrava a forte mobilização os projetos de lei (PLs) 3.292/2020 e 4.195/2012.

A assessora falou ao programa *Bem Viver em fevereiro de 2021* sobre o projeto Crescer e Aprender com Comida de Verdade e o combate à obesidade infantil. Este ano, voltou ao programa – agora exibido pela *TVE Bahia* – para explicar nossa campanha “Eu Defendo Comida de Verdade na Escola”.

Por sua vez, o assessor Gabriel Soyer foi um dos autores do texto “Incentivos fiscais causam danos à saúde e ao meio ambiente”, no *Nexo*, como parte da campanha “Só Acredito Vendo”.

Outros espaços

A equipe publicou análises em espaços de contextualização além da imprensa.

No âmbito da Kooperation Brasilien (“Cooperação Brasil”), Valéria Burity e o assessor Paulo Asafe dissertaram sobre “Desigualdade e fome no Brasil da pandemia” com a advogada e cientista social Mariana Levy. Burity foi uma das participantes da edição deste ano da Mesa Redonda Brasil, promovida pela iniciativa voltada à troca de experiências entre atores sociais brasileiros e alemães.

“O que cresce imperceptivelmente: alimentação saudável e solidariedade transformadora” é a contribuição de Burity e Asafe, ao lado da secretária-geral da FIAN Internacional, Sofia Monsalve, e do diretor executivo da FIAN Equador, Mario Gabriel Macías Yela, à edição de 2021 do Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição.

Valéria Burity também discorre sobre “Agricultura familiar: uma resposta para muitas crises” como parte da série “Brasil Rural”, iniciativa da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) e da FES Brasil. [Confira o texto e o debate que o lançou.](#)

E Vanessa Manfre deu [entrevista à ACT](#) a respeito do conceito de Dhana e dos objetivos do projeto Crescer e Aprender, comentando ainda sobre a maior sujeição de mulheres, população negra, indígenas, povos e comunidades tradicionais à insegurança alimentar.

[Acesse as edições anteriores](#)



Copyright © *|2022|* *|FIAN Brasil|*